

## **Parte II**

**ÉTICA, ANTROPOLOGIA E MULTIDISCIPLINARIDADE**

## ANTROPOLOGIA E SAÚDE: CONSIDERAÇÕES ÉTICAS E CONCILIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR

*Maria Luiza Heilborn*

Para os antropólogos que trabalham na área da saúde o tema da ética adquire grande relevância por conta das injunções específicas dessa inserção profissional. Dilemas éticos há em qualquer trabalho antropológico, mas aqueles que se deparam com a área de pesquisa interdisciplinar se vêem compelidos a certas circunstâncias que a conformação do campo impõe. Cada vez mais há antropólogos trabalhando em Institutos de Saúde Coletiva ou de Medicina Social e que estão sendo bastante afetados pelas orientações advindas do CONEP. O debate não deve ficar restrito a eles e deve envolver toda a comunidade científica. Tais injunções advêm de um lado das regulamentações oriundas do CONEP, órgão atrelado ao Ministério da Saúde e que ordena de maneira geral as regras da pesquisa em seres humanos e, de outro, de uma série de agências internacionais e de revistas acadêmicas que condicionam seus financiamentos ou eventual publicação de resultados à submissão do protocolo de pesquisa a instâncias avaliadoras de procedimentos éticos em pesquisa (CEP). Ressalta em particular o procedimento denominado de consentimento informado. O *termo de consentimento livre e esclarecido* representa, segundo as intenções do CONEP, um instrumento de garantia de informação e de cidadania para os sujeitos envolvidos em determinado empreendimento de investigação. Contudo, as orientações vêm marcadas por um forte compromisso com um dado entendimento do que é pesquisa e, sobretudo, com aquelas emanadas da área da saúde e de uma compreensão do humano que possui um inarredável viés biologizante. Cabe à comunidade dos cientistas sociais, e em especial a dos antropólogos, por conta da especificidade do seu fazer intelectual, discutir detalhadamente as implicações e as múltiplas leituras que a exigência da ética em pesquisa comporta.

A distinção proposta por Ruben Oliven à SPBC, entre pesquisas *com* seres humanos e pesquisas *em* seres humanos, é fundamental para um aumento da sensibilidade das pessoas e instituições que atuam nesse campo, bem como para criar formulações mais sofisticadas que contemplem as especificidades do fazer científico das diferentes disciplinas que convergem para a análise da saúde. É necessário que se crie instâncias, níveis de avaliação do que se chama pesquisa em saúde, sobretudo, as pesquisas de caráter sociológico no sentido mais amplo.

Presentemente, atuo como cientista social no campo disciplinar denominado saúde coletiva, no qual sobressai uma tentativa de

interlocução com os saberes médicos, que são, no caso, interrogados a partir de um olhar antropológico. Trata-se de um debate nem sempre fácil em razão das relações de força que o saber médico detém perante outros saberes. O prestígio profissional dos médicos parece funcionar como “equivalente geral” numa área que se quer interdisciplinar e, freqüentemente, os interlocutores pouco conhecem sobre a lógica interna do campo antropológico (HEILBORN, 2003b).

Há um vasto território semântico e prático entre afetar a integridade física/psíquica/moral das pessoas e fazer uma investigação sobre sistemas de representações e práticas sobre a saúde. Não significa dizer que pesquisas que tratam sobre representações não comportam dimensões éticas, mas elas não são radicalmente diferentes, por exemplo, do trabalho com o tema da criminalidade urbana, do consumo de drogas, questões que sempre freqüentaram o leque de interesses dos antropólogos. As orientações advindas do CONEP, às quais certos profissionais estão mais diretamente submetidos do que outros, merecem um tratamento acurado e uma discussão séria. Trata-se de encontrar termos adequados de mediação entre lógicas e éticas distintas.

Lanço mão da experiência na pesquisa “Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre os jovens, sexualidade, reprodução no Brasil”<sup>1</sup> para ilustrar como certas questões vêm sendo administradas por um grupo de pesquisadores predominantemente formados na Antropologia Social. Faço certas restrições ao termo interdisciplinar; prefiro adotar o termo de trabalho multidisciplinar para descrever essa iniciativa. Acredito que as formas de produção do conhecimento obedecem a premissas que formam a construção de seu objeto. Essas premissas podem se alimentar de contribuições vindas de outras áreas, mas não existe uma mistura ideal, um equilíbrio perfeito entre as premissas vindas de uma área e de outra. Nos projetos específicos de pesquisa na área da saúde coletiva, tendem a prevalecer premissas oriundas de uma determinada disciplina ou de um campo disciplinar, do que propriamente a interdisciplinaridade. Os enfoques se alimentam de contribuições e de temas oriundos das outras disciplinas, mas eles guardam em si as marcas da sua história, da formação, da construção das suas regras de pensamento. Evidentemente, quando se trabalha com temas relacionados ao campo da saúde que envolve uma quantidade de profissionais com formações muito diversas, desde médicos, agentes promotores da saúde, assistentes sociais, planejadores de políticas públicas, antropólogos (que podem conhecer como a comunidade recebe um determinado projeto ou mensagem), é preciso estar atento a essas múltiplas formulações. Mas, do ponto de vista da investigação, prevalece uma determinada linhagem de concepções. Analisando as pesquisas no campo da sexualidade (LE GALL, 2001; GIAMI, 1995), por exemplo, que inegavelmente guardam uma interface imensa com o tema da saúde reprodutiva, os trabalhos que tendem a reter

uma certa orientação hegemônica (mais biomédica ou epidemiológica), ficando as demais abordagens subalternas.

Gostaria de me deter no tema do condicionamento institucional dos antropólogos que trabalham com saúde hoje. A interdisciplinaridade, de alguma maneira, veio redefinir a tradição da Antropologia. Porque em outras disciplinas, como a sociologia, com métodos de investigação como o inquérito (survey), já havia o trabalho em equipe radicalmente entranhado na história da disciplina. Isso não é verdade na Antropologia. Em geral, era um único profissional, num determinado campo, controlando uma multiplicidade de informações (HEILBORN, 2003a). E o trabalho em equipe coloca dilemas muito fortes do ponto de vista do que é o trabalho antropológico. Estávamos, primeiro, fazendo entrevistas, de observação dos inúmeros elementos do que se passa em torno daquilo que se quer estudar, através do caderno de campo etc. Ora, sabemos que não é apenas um registro. É radicalmente subjetivo, radicalmente pessoal o registro de um trabalho de campo, e isso se torna particularmente sensível na transposição de um trabalho feito, de um ponto de vista de um sujeito que é um observador intenso, para o compartilhamento de uma equipe de antropólogos.

Quando se está envolvido nesses projetos em equipes grandes, no sentido de um grupo com vários pesquisadores em campo, considerando-se a matriz socioantropológica, busca-se acomodar a alteração das condições de produção dos dados tal como nós conhecemos nossa disciplina. Não pode ser esquecido que, nos últimos 20 anos, a Antropologia conheceu no Brasil uma imensa expansão de sua legitimidade. A expansão de pessoal formado na tradição antropológica para outras instituições tem promovido transformações intensas no nosso fazer antropológico, tais como a banalização de técnicas do tipo REP (Rapid Ethnographic Procedure), a etnografia rápida. Isto representa a incorporação por outras disciplinas de determinados procedimentos tradicionais da Antropologia que requeriam muito tempo.

As condições de transformação desse fazer/saber antropológico devem ser pensadas também relativamente à questão da ética. A polaridade entre a ética do antropólogo pessoal e a ética da Antropologia tem que ser pensada de maneira mais cuidadosa. Não existe uma formação clássica e formalizada do que seria a ética nos cursos de formação, a não ser o respeito aos valores do grupo, a tentativa da mínima interferência e o não tomar partido. Esse seria uma espécie de horizonte ético que nos orienta enquanto antropólogos. Depois, é preciso pensar como esta ética está sediada no sujeito, no indivíduo e como é passada para as equipes, em situações e circunstâncias bastante diferenciadas.

O projeto mencionado parte de premissas socioantropológicas, o que requer um permanente ajuste sobre a transformação do próprio

trabalho do antropólogo. Isto se liga não apenas ao trabalho em equipe como também a essa outra face espinhosa, que é a Antropologia aplicada, que aporta elementos complicadores que interagem com as posturas éticas. Talvez, em algumas esferas, seja necessária uma formulação mais detalhada no formato mesmo de um manual de procedimento, uma vez em que se trabalhe com equipes. Não é mais um único antropólogo controlando todos os seus dados; há uma diversidade de sujeitos que fazem os relatos.

A dimensão qualitativa da pesquisa “Gravidez na adolescência” foi pensada da seguinte maneira: com um campo, com entrevistas semi-estruturadas, com 40 jovens de ambos os sexos de 18 a 24 anos, em três cidades brasileiras. Então, foram feitas 40 entrevistas em Salvador, 40 em Porto Alegre, 40 no Rio de Janeiro que foram, em certa medida, orientadas por um critério: prover a oportunidade de cobrir as diversas possibilidades que nós queríamos iluminar num survey, respondido por 4.634 jovens três cidades.

Foi adotada uma estratégia de dispersão: contemplar homens e mulheres, classes sociais diferentes, para ter elementos para a formulação de um questionário. Sobretudo, era preciso ter pessoas que tinham tido a experiência da gravidez na adolescência levada a termo, paternidade ou maternidade.

Foi um trabalho realizado por equipes de pesquisadores em cada uma dessas cidades. Evidentemente, foi elaborado um roteiro de treinamento equivalente para que houvesse comparabilidade entre os dados. Depois, o que aparece com esse tipo de entrevista no material produzido é a sensibilidade de cada um dos pesquisadores de serem capazes de explorar determinadas dimensões e determinadas circunstâncias da vida dos entrevistados. Afinal, é impossível a uniformização do treinamento. Então, um determinado tema poderia atrair um determinado pesquisador como, por exemplo, o consumo de drogas, de forma a espelhar as peculiaridades de cada cidade (em Porto Alegre, apareceu um material sobre o consumo de drogas, enquanto que, no Rio de Janeiro, surgiu o do tráfico de drogas). Ou alguém interessado, por exemplo, no tema da religião por conta da própria formação. Portanto, esse material, ainda que buscássemos as condições de comparabilidade, é bastante diversificado.

Um dos grandes dilemas enfrentados foi convencer a equipe recrutada de estudantes de pós-graduação em Antropologia, especificamente os que não trabalhavam em saúde, da importância do consentimento informado. Para várias das pessoas que foram treinadas para essa pesquisa, parecia um verdadeiro atentado às regras do fazer antropológico a solicitação por escrito de uma autorização para uso das informações. De um lado, se impunha colocar os pesquisadores a par do que é o CONEP e da circunstância da pesquisa estar sendo desenvolvida

por centros ligados à área da saúde e que não era possível ferir uma regra do campo. Ao mesmo tempo, precisamos ouvir desses antropólogos críticos muito severas de como o documento do consentimento informado poderia induzir as respostas dos entrevistados.

O CONEP estabelece que devemos informar o conteúdo da pesquisa aos nossos entrevistados. Porém, faz parte da tradição do nosso ofício não externalizar todas as questões que vamos investigar. Os antropólogos imaginam que podem flagrar associações espontâneas por parte dos entrevistados, temas que eles considerem relevantes colocar. Essa peculiaridade do fazer antropológico nos empurra para os limites de um fio da navalha ético, ou mais, político: entre as determinações do CONEP e a omissão para o entrevistado sobre o sentido da sua pesquisa. Os antropólogos, em geral, dizem coisas bastante vagas quando chegam em uma comunidade para entrevistar: “realizo uma pesquisa sobre como os jovens se comportam”. Diz-se uma coisa que não é uma mentira, mas que não é uma verdade completa. É fornecido um panorama geral e se espera que itens específicos possam emergir do campo, coisas inesperadas, associações que não haviam sido previstas. Isso faz parte da nossa mais cara formação, isto é, admitir que dados espontâneos do campo podem redefinir o curso da nossa pesquisa. Entretanto, isso, do ponto de vista das determinações do CONEP, pode ferir os interesses dos entrevistados. Esses instrumentos, que parecem extremamente democráticos e podem até sê-los, têm o objetivo de dar ao entrevistado garantias de quem você é, de sua localização no espaço social, a que se destina a sua pesquisa etc. Frequentemente, esses mecanismos tendem a, sobretudo, proteger os pesquisadores de possíveis processos.

Enquanto antropólogos trabalhando na área de saúde temos enfrentado esse dilema sério: de alguma maneira, contrariar alguns pressupostos básicos da nossa formação antropológica com as determinações político-burocráticas emanadas do CONEP. Não sustento que elas não sejam válidas ou bem-intencionadas, mas assinalo o grau de complexidade envolvido e a pretensão de normativizar sobre campos disciplinares a partir de uma única visão, ignorando tradições de pensamento que frequentemente se colocam como críticas diante do universalismo (preocupante) da área da saúde.

Considerem que nós estávamos entrevistando jovens de 18 a 24 anos, alguns em situações graves de exclusão social, às vezes, pessoas com pouco domínio letrado. E o pesquisador chega com um documento escrito que o sujeito deve assinar, porque esta é a prova de que você cumpriu com todas as ditames éticos. Como tínhamos determinado buscar desde pessoas pertencentes aos segmentos populares como médios, as estratégias deveriam ser diferentes. Em várias áreas de favela, caso se chegue com o documento pedindo para que seja assinado, a possibilidade de inviabilizar a pesquisa é bastante alta. Na cidade carioca, as tensões

foram significativas porque trabalhávamos em áreas de extremo risco, inclusive com invasão policial.

A nossa saída, ao estilo do jeitinho brasileiro, foi adotar um procedimento que nos pareceu eticamente sustentável: ler o consentimento informado, perguntar se a pessoa concordava com os termos gerais da pesquisa, evidentemente anunciando, como requer o formato desse instrumento, que o sujeito tem o direito de interromper a entrevista que ele está concedendo e, assim, só pedir a assinatura dele ao final, quando já se tinha estabelecido algum tipo de relação de aceitação daquela interação social. Essa moda-lidade se apresentou como uma alternativa de respeito às regras culturais de certos grupos, acatando o que a experiência antropológica de campo sempre evidenciou: a coleta de informações é uma modalidade de interação social. Chegar com o documento e a pessoa mal dominar as condições do que ela está assinando nos pareceria inadequado. Essa solução se encontra nos limites da regulamentação porque, a rigor, seria necessário obter a formalização da assinatura antes da entrevista ou da aplicação do questionário. Considerando que essa pesquisa foi realizada por, pelo menos, dois institutos de saúde coletiva e que, portanto, têm compromissos com as regras do campo no qual atuam, buscou-se garantir um olhar antropológico sobre determinadas práticas do fazer ciência.

Esta reflexão não buscou trazer respostas definitivas para os embates que se apresentam a partir das formulações do CONEP; pretendi trazer o relato de uma experiência de uma investigação e de uma possível acomodação entre lógicas distintas sobre o que constitui ética em pesquisa com sujeitos sociais.

## Nota

<sup>1</sup> Denominada Pesquisa GRAVAD, ela foi realizada por três centros de pesquisa: Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde do IMS/UERJ, Programa de Estudos em Gênero e Saúde do ISC/UFBA e Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde da UFRGS. O grupo de pesquisadores compreende Maria Luiza Heilborn (coordenadora), Estela Aquino, Daniela Knauth, Michel Bozon, Ceres Victora, Fabíola Rohden, Cecília McCallum, Tania Salem e Elaine Reis Brandão. O consultor estatístico é Antonio José Ribeiro Dias (IBGE). A pesquisa foi financiada pela Fundação Ford e contou com o apoio do CNPq.

## Referências

GIAMI, Alain. De Kinsey au sida: l'évolution de la construction du comportement sexuel dans les enquêtes quantitatives. *Sciences Sociales et Santé*, Toulouse, v. 4, n. 9, p. 23-56, 1995.

HEILBORN, Maria Luiza. Articulando gênero, sexo e sexualidade: diferenças na saúde. In: GOLDENBERG, Paulete; MARSÍGLIA, Regina Maria Giffoni; GOMES, Mara Helena de Andréa (Org.). *O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens no campo da saúde*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2003a.

\_\_\_\_\_. Estranha no ninho: sexualidade e trajetória de pesquisa In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). *Pesquisas urbanas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003b.

LE GALL, Didier. Pré-constructions sociales et constructions scientifiques de la sexualité. *Sociétés Contemporaines*, Paris, n. 41/42, p. 65-82, 2001.